

IV SEMANA DO CONHECIMENTO

COMPARTILHANDO E FORTALECENDO REDES DE SABERES

6 A 10 DE NOVEMBRO DE 2017



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

RESÍDUOS SÓLIDOS E A POBREZA: UM ESTUDO DE CASO DA REALIDADE BRASILEIRA

AUTOR PRINCIPAL: Cristian Teixeira Marques

CO-AUTORES:

ORIENTADOR: Pedro Domingos Marques Prietto

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO:

A nossa civilização chega ao limiar do século XXI como a civilização dos resíduos, marcada pelo desperdício e pelas contradições de um desenvolvimento industrial e tecnológico sem precedentes na história da humanidade, enquanto populações inteiras são mantidas à margem, não só dos benefícios de tal desenvolvimento, mas das condições mínimas de subsistência (FERREIRA, 1995). Nossa realidade se configura como um paradoxo, onde de um lado existe a necessidade de desenvolvimento socioeconômico das populações de baixa renda, e do outro o aumento na geração dos resíduos, devido ao aumento da renda e do consumo. Neste contexto, existe uma problemática que a tempos a academia busca responder: Que modelo de desenvolvimento propiciará aumento de consumo das famílias em condição de pobreza e reduzir a geração per capita de resíduos sólidos? O presente trabalho traz uma discussão acerca desta problemática, mediante a observação da realidade brasileira como estudo de caso.

DESENVOLVIMENTO:

A estratégia de pesquisa empregada consiste em um estudo de caso (YIN, 2015), tendo como objeto a realidade brasileira apresentada pelo Relatório de Pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) – Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos (IPEA, 2012). De acordo com Campos (2012), para resolver o problema dos depósitos de lixo a céu aberto no Brasil, o Congresso Nacional aprovou em 2010, uma lei instituindo a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), e o Ministério do Meio Ambiente, por sua vez, determinou que os municípios teriam até 2014 para criar aterros sanitários e iniciar a coleta seletiva. Até o presente momento poucos municípios tomaram providências, contudo trata-se de um problema de vontade política. Com isso, tem-se basicamente dois impasses, um ambiental e outro social: os lixões a céu aberto, e as legiões de brasileiros que sobrevivem nesses lixões. Segundo

IV SEMANA DO CONHECIMENTO

COMPARTILHANDO E FORTALECENDO REDES DE SABERES

6 A 10 DE NOVEMBRO DE 2017



Ipea (2012), o verdadeiro desafio está na promoção da inclusão social dos catadores, e para resolver esta problemática, é necessário primeiramente conhece-los, a fim de se identificar quantos são, onde estão, e como vivem.

O relatório apresentado pelo Ipea (2012), revela um número de 400 mil catadores de resíduos no Brasil, que somados aos membros de suas famílias, totalizam cerca de 1,4 milhão de brasileiros. Eles têm baixa escolaridade, a maioria homens, negros e jovens vivendo nas cidades com uma renda média de R\$ 571,56. A PNRS veio para tentar resolver o problema dos lixões sob o ponto de vista técnico e econômico, obrigando os municípios a criarem aterros sanitários, dentre outras medidas (PNRS, 2012), mas também prevê a inclusão social e profissional dos catadores. Surge assim a seguinte dúvida: a atividade dos catadores é suficientemente digna a ponto de o Estado fomentá-la como profissão a ser regulamentada, ou seria melhor qualificar os catadores para outras atividades?

Diante do contexto da atividade de catação de materiais recicláveis, cabem algumas ações para a inserção da questão dos catadores na PNRS (IPEA, 2012): promover o fortalecimento das cooperativas e associações de catadores, para uma maior articulação em rede das mesmas; fortalecer iniciativas públicas de políticas para os catadores fornecendo alternativas de emprego e renda; estipular metas com o objetivo de inclusão social e garantia de emprego digno para os catadores; estimular a participação de catadores nas ações de educação ambiental para a separação de resíduos na fonte geradora; exigir dos municípios a atualização de sistemas de informação sobre a situação dos resíduos municipais e atuação dos catadores; estabelecer metas e critérios para que os municípios incluam os catadores na gestão municipal de resíduos sólidos, como a criação de conselhos municipais de gestão; e, garantir o acesso dos catadores aos resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Percebe-se portanto, que o atual modelo de desenvolvimento pressupõe o crescimento da renda dos mais pobres e do conseqüente consumo, num grande esforço para redução da pobreza, da miséria e das desigualdades so-ciais. Além disso, os fatores econômicos, sociais e culturais que implicam no aumento da geração de resíduos são mais significativos do que aqueles que podem colaborar na sua redução.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Política nacional de resíduos sólidos. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2012. 73 p. (Legislação; n. 81).

IV SEMANA DO CONHECIMENTO

COMPARTILHANDO E FORTALECENDO REDES DE SABERES

6 A 10 DE NOVEMBRO DE 2017



CAMPOS, Heliana Kátia Tavares. Renda e evolução da geração per capita de resíduos sólidos no Brasil. Engenharia Sanitaria e Ambiental, [s.l.], v. 17, n. 2, p.171-180, jun. 2012.

FERREIRA, João Alberto. Resíduos Sólidos e Lixo Hospitalar: uma discussão ética. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.314-320, abr./mai. 1995.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos. Brasília: Ipea, 2012.

YIN, R.. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 271 p.

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa): Número da aprovação.

ANEXOS:

Poderá ser apresentada somente uma página com anexos (figuras e/ou tabelas), se necessário.